



TRAJETÓRIA ACADÊMICA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DOS CURSOS DO NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIR

ALINE MAIARA SILVA LIMA

Fundação Universidade Federal de Rondônia

aline.lima@unir.br

GLEIMIRIA BATISTA DA COSTA

Fundação Universidade Federal de Rondônia

gleimiria@unir.br

RESUMO

O presente estudo tem como escopo apresentar o panorama da situação acadêmica dos discentes dos cursos de graduação do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Visando responder, essa questão foi proposto como objetivo geral analisar a trajetória acadêmica dos alunos dos cursos de graduação do NUCSA das turmas ingressantes no período entre 2011 à 2014. Os objetivos específicos estão pautados em: realizar o levantamento dos discentes dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Biblioteconomia e Direito das turmas ingressantes entre 2011 a 2014; apresentar a trajetória acadêmicas dos alunos ingressantes destas turmas, classificando os alunos em formados, desistentes e os ativos; e calcular as taxas de evasão e diplomação dessas turmas. O estudo foi realizado por meio de estudo de caso, descritivo, com levantamento de dados quantitativos analisados por meio de um estudo de corte e estatística descritiva. Utilizou-se ainda de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados encontrados indicam um cenário marcado por altos índices de desistência e baixa diplomação dos alunos. Entre os que permanecem com vinculação na instituição nota-se ainda a permanência prolongada no curso, ultrapassando o tempo mínimo para conclusão dos cursos.

Palavras chave: Trajetória Acadêmica. Diplomação. Evasão. Desistência.

1. INTRODUÇÃO

O ensino superior capacita os estudantes para atuar nas mais diversas áreas contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local (MEC/SASE, 2014). É, portanto, a educação superior responsável pela qualificação de parcela significativa dos profissionais disponibilizados ao mercado.

A competitividade no mercado de trabalho e a busca por alcançar melhores perspectivas sociais e posicionamento no mercado de trabalho requer dos candidatos aperfeiçoamento profissional. O Censo do Ensino Superior (CENSUP), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontou que no período entre 2006 e 2016, a matrícula nos cursos de ensino superior de instituições públicas e privadas aumentou cerca de 62,8%, com uma média anual de 5% de crescimento por ano (INEP, 2017).

No entanto, parcela dos discentes não concluem no tempo mínimo fixado, pelos mais variados motivos, que vão desde reprovações constantes em razão de não alcançar a média mínima da instituição, baixa frequência às aulas, entre outros. Mais grave ainda é o cenário de alunos abandonam os cursos. Os dados do INEP, relativos ao ano de 2015, apresentaram pela primeira vez no CENSUP taxas referentes a desistência dos alunos no Brasil, revelando um aumento desproporcional nesta taxa. Na análise da trajetória dos discentes entre os anos de 2010 à 2014, em nível nacional, verificou-se em 2010, que 11,4% dos alunos abandonaram o curso em que ingressaram e em 2014, esse percentual alcançou 49% (INEP, 2016).

Assim, embora a demanda pelo ingresso no ensino superior seja crescente, o número de concluintes não acompanha proporcionalmente essa tendência. Os alunos estão ingressando no ensino superior, mas não estão concluindo os cursos.

Deste modo, os gestores acadêmicos nas universidades precisam compreender este panorama para então buscar estabelecer circunstâncias favoráveis a ampliação da permanência e sucesso no alcance da diplomação do discentes da educação de ensino superior, no nível de graduação, no intuito de potencializar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O sucesso estudantil na trajetória acadêmica é de fundamental importância para o cumprimento da função social das universidades. Não basta ofertar vagas e realizar matrículas, é preciso oportunizar condições para que esses alunos concluam seus cursos com qualidade.

Na educação pública, a não finalização dos cursos pelos estudantes, representa perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino – desde os próprios alunos, aos professores, demais servidores da instituição de ensino, o sistema de educação, e a sociedade e todo o País (LOBO, 2012).

Assim, alavancar o desempenho acadêmico dos alunos é também otimizar o uso de recursos públicos e fazer jus aos princípios da eficiência e efetividade no cumprimento da missão institucional das universidades.

Quanto ao acompanhamento dos indicadores de desempenho estudantil, a Fundação Universidade Federal de Rondônia, em atendimento a decisão Tribunal de Contas da União nº 408/2002, vem apresentando em seus relatórios de Gestão Anual, os resultados dos indicadores, dentre os quais está a Taxa de Sucesso na Graduação, que está atrelada ao desempenho estudantil. No entanto esses números são apresentados para a universidade, de forma geral, conforme consulta realizada junto a Coordenadoria de Informação e Desempenho da Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento e Informação - CID/DPDI. No entanto, não apresenta as taxas de sucesso de cada curso de forma individual, por curso, atentando para as peculiaridades inerentes aos próprios cursos e campis, para que se possa adotar estratégias adequadas a cada realidade em busca de melhorar o indicador de desempenho.

Da mesma forma não apresenta estudos ou relatórios de análise dos dados, nem tampouco o acompanhamento efetivo a fim de identificar discrepâncias ou oscilações no indicador e buscar as possíveis causas para então corrigi-las. Ademais, os departamentos acadêmicos também não realizam este acompanhamento.

Pelo exposto, surge a questão de pesquisa desse artigo: qual o panorama da situação acadêmica dos discentes dos cursos de graduação do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)?

Os elementos apresentados denotam a necessidade da UNIR conhecer e analisar a trajetória individual e o desempenho acadêmico dos discentes de seus cursos, para que se possa implementar ações que possibilitem melhorar o sucesso discente na graduação.

O Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) foi escolhido como objeto de estudo dessa pesquisa, e faz parte da estrutura da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e oferece os cursos de Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito. Desses, apenas o curso de Direito dispõe de duas turmas por ano, com a oferta de 50 vagas por semestre, enquanto os demais cursos disponibilizam 50 vagas anuais.

Diante deste cenário o objetivo deste artigo é analisar a trajetória acadêmica dos alunos dos cursos de graduação do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) das turmas ingressantes no período entre 2011 à 2014. Os objetivos específicos estão pautados em:

- Realizar o levantamento dos discentes dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Biblioteconomia e Direito das turmas ingressantes entre 2011 à 2014;
- Apresentar a trajetória acadêmica dos alunos ingressantes destas turmas, classificando os alunos em formados, desistentes e os ativos;
- Calcular as taxas de evasão e diplomação dessas turmas.

A implementação de políticas de expansão ao acesso ao ensino superior não se mostra efetiva se as vagas ofertadas não formarem profissionais qualificados para o mercado. Conforme Lobo (2012), “de nada adianta atrair mais alunos, quando não se consegue mantê-los!”.

Portanto, mais que ofertar vagas, um dos desafios enfrentados pelos gestores acadêmicos nas universidades federais é fazer com que esses alunos permaneçam na graduação durante o tempo previsto para conclusão do curso e sejam devidamente diplomados.

Assim o presente estudo justifica-se por possibilitar à instituição ter um retrato da trajetória acadêmica dos discentes, permitindo a reflexão das políticas institucionais realizadas visando a atração, permanência e desempenho dos estudantes, bem como a atuação didático-pedagógica – desde a atualização da metodologia de ensino, políticas de capacitação e até mesmo as formas de avaliação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão apresentados os pilares teórico-conceituais que irão consubstanciar a presente pesquisa, apontando as teorias, modelos, conceitos essenciais para a compreensão do problema da pesquisa e atendimento dos objetivos geral e específicos do estudo.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação é direito social garantido pela Constituição Federal, e deve possibilitar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” nos termos do art. 205 da Constituição Federal (CRFB/1988). Conforme o Plano Plurianual 2016-2019 a educação é tida como o caminho para a inclusão,

redução das desigualdades sociais e a superação da pobreza, na medida em que amplia os horizontes das pessoas e abre novas oportunidades de inserção social e econômica (MPOG, 2015).

Os reflexos da educação para o desenvolvimento social e econômico de qualquer país é reconhecido pela sociedade e por seus governantes, exercendo o papel de fundamental na difusão do conhecimento. No caso do Brasil, dada suas características marcadas por grande diversidade e contrastes econômicos e sociais, a educação tem que ser prioridade para seu desenvolvimento (GEMAQUE e SOUZA, 2016).

Entre os objetivos previstos no Programa Educação de Qualidade para todos, do Plano Plurianual 2016-2019, está a ampliação do acesso à educação superior de qualidade, em níveis de graduação e pós-graduação, considerando as especificidades da diversidade, inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação (MPOG, 2015).

Nessa perspectiva, às universidades é atribuída função estratégica no desenvolvimento econômico e social do país, contribuindo para o progresso científico e tecnológico, atenuação nas desigualdades sociais, e para a geração de trabalho e renda (MEC,2015).

As políticas públicas visando a expansão do acesso ao ensino superior fazem parte da agenda pública há algum tempo. Criado pelo decreto nº 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem como prioridade a expansão do acesso e a permanência ao ensino superior, por meio do aumento de vagas, redução das taxas de evasão e ocupação das vagas ociosas. O objetivo inicial do Programa era dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008 (MEC, 2009).

Na educação superior, a prioridade é a democratização do acesso seja por meio da integração dos processos seletivos de ingresso, da adoção de cotas sociais e raciais, ampliação do número de vagas em instituições públicas, criação de novos cursos ou implementação de outras políticas que se mostrem adequadas. (MPOG, 2015).

A rede federal de ensino que congrega sessenta e três universidades e quarenta institutos federais, todos ligados ao Ministério da Educação (MEC). Nas universidades, presentes em todas as unidades da federação, estão matriculados mais de 1 milhão de alunos, seguidos dos institutos, com 164 mil. Em dez anos, a rede federal mais que dobra de tamanho (INEP, 2016).

Enquanto em 2006 o ensino superior público federal contemplava cinquenta e três universidades federais e quarenta e sete Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia (INEP,2016). Os Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia foram transformados e integrados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos termos do Decreto nº 6.095/2007 foram autorizados a ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia (BRASIL, 2007).

Os dados do CENSUP demonstram a evolução do quantitativo de vagas ofertadas e de alunos ingressos e concluintes do ensino superior público federal, na modalidade de ensino presencial no período de 2006 à 2016 demonstrado no quadro 3:

Quadro 3 – Evolução das vagas oferecidas, número de ingressos e concluintes em cursos de graduação presenciais no ensino superior público federal (2006-2016).

ANO	VAGAS OFERECIDAS	INGRESSOS	CONCLUINTES
2006	144.445	141.989	83.686

2007	155.040	151.640	89.257
2008	169.502	162.115	84.036
2009	210.236	208.324	91.576
2010	248.534	251.059	93.442
2011	270.121	260.650	98.383
2012	283.445	277.501	96.270
2013	291.444	274.455	107.792
2014	299.234	275.318	119.988
2015	313.170	284.060	124.601
2016	315.722	291.749	136.598

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em dados do Censo da Educação superior no período entre 2006-2016 (INEP, 2016).

É possível verificar que na última década, o ensino superior público expandiu tanto pela criação de novas instituições, como pela criação de novas vagas. Com relação ao ano base 2006, em 2016 o montante de vagas oferecidas cresceu 118%, o de ingressantes 105% e o de concluintes 63%.

Quando se considera o número de concluintes comparativamente ao número de ingressos, a situação é ainda mais preocupante. Levando em consideração a razão entre o número de concluintes de determinado ano em relação ao número de ingressos de 4 anos anteriores (em virtude da duração da maior parte dos cursos ser 4 anos), constata-se que na relação entre ingressos de 2006 e formando de 2009 cerca de 64% dos acadêmicos concluíram seus cursos. Entre ingressantes em 2010 e concluintes em 2013 tem-se o menor percentual de concluintes do período com 43%. Para o período 2012-2015 o percentual de concluintes é de 45% e 2013-2016 é de 49%.

Parcela dos estudantes que ingressam no ensino superior não findam a graduação e “podem ser considerados desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor privado significa perda de receitas, no setor público são recursos investidos sem o devido retorno” (GEMAQUE e SOUZA, 2016).

Portanto, na esfera pública, o problema é ainda mais grave, visto que são recursos da sociedade que são investidos e não apresentam retorno, já que esses profissionais não retornaram à sociedade qualificados.

Ainda em referência à tabela 01, ao analisar a quantidade de vagas ofertadas em comparação como número de ingressos observa-se que em todos os anos houve uma parcela de vagas ociosas, ou seja, sem ocupação. Essa ociosidade apresenta tendência crescente, que variou de 1,7% no ano de 2006, alcançando o ápice em 2015 com 9,3%, e em 2014 e 2016 representou cerca de 7,6. Somente em 2010 o total de ingressos superou o de vagas oferecidas, apresentando saldo de 1% de ingressos matriculados a mais que o de vagas disponíveis.

Assim se as turmas não contemplam a ocupação da totalidade de oportunidades ofertadas, quando os discentes abandonam os cursos, atua-se com vagas ociosas que indicam uso inferior do que a infraestrutura disponibilizada permitiria.

Em pesquisa, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), constatou que em 2015, o custo médio de um estudante de uma instituição federal foi de R\$ 20 mil (vinte mil reais), (ABMES, 2016).

Ressalta-se assim o dispêndio de todo o aparato necessário para a manutenção da atividade acadêmica - desde a estrutura física ao capital intelectual – destacando o custo que esses alunos (vagas) representam para a sociedade.

Tão sério quanto a evasão é o fato dos alunos permanecem na instituição por tempo além do previsto regularmente para finalização de seu curso, representando também um custo, implicando em gasto de recurso público superior.

2.2. ELEMENTOS E CONCEITOS RELACIONADOS AO SUCESSO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Para realização de um estudo sobre a trajetória dos estudantes no ensino superior, foi considerado primordial abordar preliminarmente a compreensão de conceitos de diplomação, retenção e evasão, buscando apresentar definições adotadas por outros autores que se dedicaram a estudar o tema, e ainda, discorrer sobre possíveis fatores que podem exercer influência nestes fenômenos.

No ano de 1996, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas, instituída pela Secretaria de Ensino Superior SESu/MEC, já demonstrava preocupação a esse respeito, elaborando estudo pioneiro referente aos índices de diplomação, retenção e evasão discente dos cursos de graduação das universidades públicas brasileiras.

Embora a comissão objetivasse dimensionar especificamente a evasão, considerou fundamental definir alguns conceitos basilares ao objeto de estudo, expondo que os institutos da “diplomação, retenção e evasão devem ser examinados em conjunto, não como um fim em si mesmos” (SESu/MEC, 1996):

“Diplomado: é o aluno que concluiu o curso de graduação dentro do prazo máximo de permanência estabelecido pelo Conselho Federal de Educação - CFE, contado a partir do ano/período base de ingresso.

Retido: é o aluno que apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo CFE, ainda não concluiu o curso, mantendo-se, entretanto, matriculado na universidade.

Evadido: é o aluno que deixou o curso sem concluí-lo”.

Sob a ótica de Costa, Costa e Moura Júnior (2017): a diplomação se dá pela conclusão da formação planejada, independentemente do momento em que essa conclusão ocorra; a evasão é constituída pelo desligamento do discente do curso antes que o mesmo conclua sua formação; a retenção caracteriza-se pelo fato do aluno concluir seu curso, porém em tempo superior ao período regular previsto na matriz curricular ou após o tempo regular, sem perder o vínculo com a instituição.

Quanto à definição de retenção observa-se que o conceito apresentado por Costa, Costa e Moura Júnior (2017) é mais abrangente, pois inclui a permanência prolongada do aluno superior ao tempo mínimo previsto para integralização do curso, e esta será a acepção utilizada para este estudo.

Para a terminologia evasão são atribuídas ainda classificações: evasão do curso, da instituição e do sistema (SESu/MEC, 1996). Ou ainda, microevasão ocorre quando o estudante deixa o curso de origem, mas permanece na IES e no sistema; mesoevasão, se dá pela saída do discente do curso e da IES, mas não do sistema; e a macroevasão, marcada pela saída do curso, da IES e do sistema (GILIOLI, 2016). Para fins dessa pesquisa será utilizada evasão do curso, independente do ingresso do aluno em outro curso ou outra IES.

O indicador de TSG visa mensurar o sucesso na graduação, por meio da relação entre diplomados e ingressantes (TCU,2002), demonstrando o percentual de diplomação do curso e será estudado, nesta pesquisa, de maneira conjunta aos fenômenos da evasão e retenção.

3. METODOLOGIA

Este capítulo propõe-se a evidenciar as etapas a serem seguidas na pesquisa, designando os métodos e procedimentos da pesquisa e técnicas de coleta e análise dos dados.

Trata-se de um estudo de caso, descritivo, com levantamento de dados quantitativos analisados por meio de um estudo de coorte e estatística descritiva.

Quanto aos objetivos caracteriza-se como descritivo em virtude buscar descrever a situação acadêmica dos discentes e assim identificar o desempenho dos alunos nessa trajetória. Para Gil (2017, p. 26), os estudos descritivos têm como objetivo fundamental descrever determinado fenômeno.

Em um primeiro momento foi utilizada a metodologia de coorte, que tem como objeto de estudo um grupo com características comuns, a ser acompanhado por certo período de tempo. O estudo tem enfoque retrospectivo por ser elaborado com base em registros do passado com seguimento até o presente (GIL, 2017).

Serão objeto de estudo um grupo de estudantes, de turmas ingressantes entre 2011 à 2014, sendo analisado o percurso escolar destes, para verificação da situação acadêmica dos estudantes e constatar na atualidade se estão, retidos, evadidos ou diplomados.

O quantitativo de alunos retidos, evadidos e diplomados será transformado em percentuais com base na composição inicial da turma ingressante da qual o estudante faz parte, utilizando-se nesta etapa de estatística descritiva.

A estatística descritiva preocupa-se com a forma pela qual podemos apresentar um conjunto de dados de forma a facilitar o entendimento de medidas estatísticas (TAVARES, 2011).

Quanto à fonte de informação, o estudo é classificado como pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos, periódicos sobre assunto, e, documental com base em relatórios institucionais e censo da educação superior. Para Oliveira (2007) a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.

A pesquisa documental fundamenta-se em documentos que não receberam tratamento analítico e científico (GIL, 2017). Sustenta-se na busca de informações em documentos relatório, anais, regulamentos, balancetes, comunicações organizacionais formais ou informais, filmes, fotografias, eletrônicos em geral, diários, cartas pessoais e outros (VERGARA, 2016).

4. RESULTADOS

Problemas envolvendo questões voltadas para o desempenho estudantil carregam tal complexidade que não seria possível abranger todos os aspectos acerca da temática.

Assim, optou-se por investigar os cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Rondônia, especificamente as turmas ingressantes entre 2011 à 2014, dos cursos vinculados ao NUCSA: administração, biblioteconomia, ciências contábeis, ciências econômicas e direito.

Preliminarmente, cumpre registrar que nos dados levantados com base no SINGU – Sistema de Gestão Universitária da UNIR, a situação acadêmica dos alunos foi classificada em ativo, reintegrado, cancelamento, desistente e formado. Os ativos são os alunos das turmas ingressantes que continuam com matrícula ativa. Os reintegrados tratam-se dos discentes que em algum semestre deixaram de realizar a matrícula regular, e realizaram pedido de reintegração ao curso. A situação de cancelamento refere-se aos discentes que em algum momento solicitaram o encerramento da matrícula, extinguindo o vínculo naquele curso. Os desistentes são acadêmicos que deixaram de matricular-se no período regular, mas que podem solicitar a reintegração ao curso de acordo com o calendário acadêmico de cada semestre. E

por fim, os formados são os estudantes que concluíram a grade curricular do curso em que ingressaram, alcançando a diplomação.

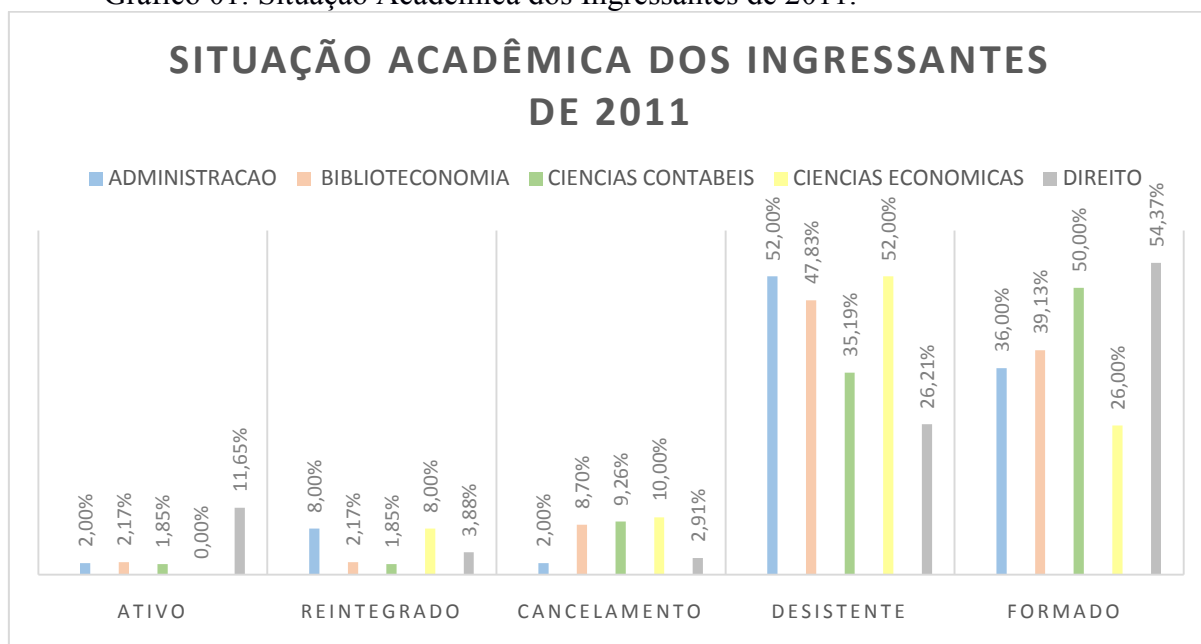
Assim é possível vislumbrar um primeiro panorama da trajetória dos discentes das turmas ingressantes entre 2011 à 2014 que passa a ser apresentada.

4.1. TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Quanto aos alunos ingressantes em 2011, os ingressantes foram 50 no curso de administração, 46 em biblioteconomia, 54 em contábeis, 50 em ciências econômicas e 51 em direito no primeiro semestre e 52 no segundo semestre. No gráfico 01 é possível verificar que mais que 52% dos ingressantes dos cursos de administração e ciências econômicas são desistentes, em biblioteconomia representam 47,83%, em ciências contábeis 35,19% e em direito 26,21%.

Ao passo que os formados são 54,37% em direito, 50% em contábeis, 39% em Biblioteconomia, 36% em Administração e 26% em Ciências Econômicas. Já nesse primeiro interstício verifica-se um nível de desistência alto considerando o número de ingressantes. Além disso o percentual de discente que solicitaram o cancelamento de suas matrículas para os cursos de biblioteconomia, ciências contábeis e Ciências Econômicas foi expressivo e quando somados com os desistentes alavancam a taxa de evasão do curso. No gráfico 01 apresenta situação acadêmica dos ingressos de 2011.

Gráfico 01: Situação Acadêmica dos Ingressantes de 2011.



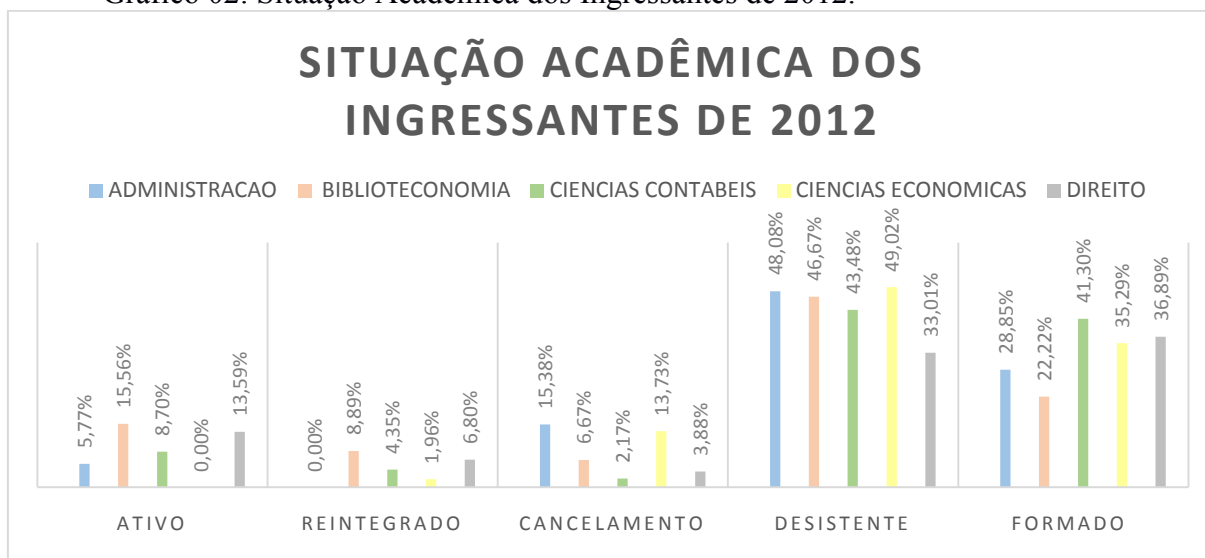
Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

Os ingressantes em 2012 os ingressantes foram 52 no curso de administração, 45 em biblioteconomia, 46 em contábeis, 51 em ciências econômicas e 52 em direito no primeiro semestre e 51 no semestre seguinte. Na análise da trajetória dos discentes desta turma, demonstrada no gráfico 02, observa-se que em comparação com 2011 o percentual de desistência nos cursos de administração e ciências econômicas caíram discretamente, no entanto o percentual de cancelamentos cresceu refletindo assim na evasão.

O percentual de desistência aumentou 23,56% em ciências contábeis e 25,94% no curso de direito. Somente o curso de economia elevou o percentual de discentes que formados incrementando o percentual em 35,73% em relação ao ano anterior. Os demais cursos tiveram

queda no quantitativo de formados, que é justificado pelo aumento nos percentuais de alunos ativos e reintegrados, o que nos revela um cenário de permanência prolongada destes alunos, ou seja, além do tempo mínimo previsto para formação regular dos discentes na matriz curricular do curso. No Gráfico 02 apresenta Situação Acadêmica dos Ingressantes de 2012.

Gráfico 02: Situação Acadêmica dos Ingressantes de 2012.



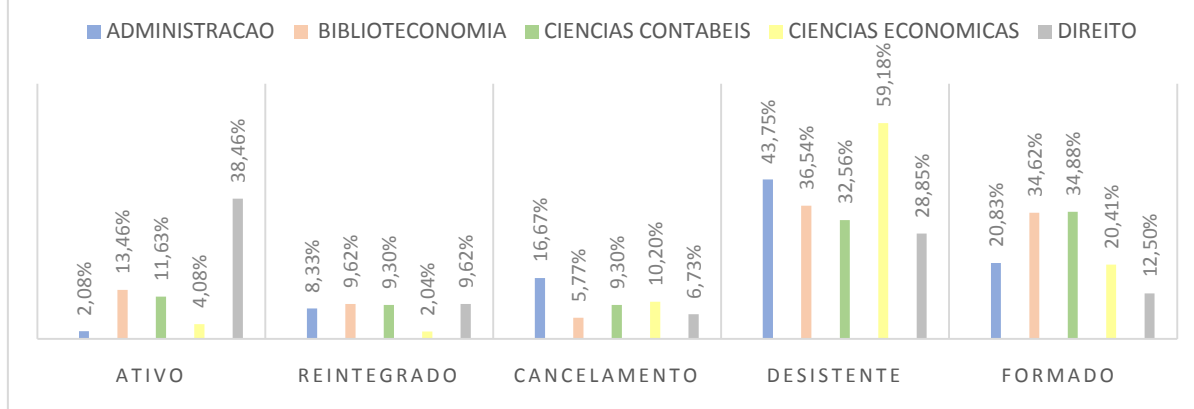
Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

No ano de 2013 ingressaram 48 estudantes no curso de administração, 52 em biblioteconomia, 43 em contábeis, 49 em ciências econômicas e 52 em direito no primeiro semestre e 52 no segundo semestre. Destaca-se nesse período, conforme apresenta o gráfico 03, o crescimento do quantitativo de desistentes no curso de economia alcançando 59,18% e ainda 10,20 de cancelamentos de matrícula, revelando que 69,38% dos ingressantes da turma de 2013, estão evadidos.

O percentual de alunos ativos no curso de direito elevou 183% em relação ao ano anterior, indicando a permanência prolongada dos discentes que tinham formação regular prevista para o ano de 2017, fato esse que fundamenta a queda expressiva no percentual de formados do curso. O percentual de cancelamentos no curso de administração segue em ascensão por todo período analisado. O percentual de formados em ciências contábeis reduziu 15,54% em relação ao ano anterior, enquanto biblioteconomia alavancou a formação dos discente em 55,81% em comparação a 2012. No Gráfico 03 apresenta Situação Acadêmica dos Ingressantes de 2013.

Gráfico 03: Situação Acadêmica dos Ingressantes de 2013.

SITUAÇÃO ACADÊMICA DOS INGRESSANTES DE 2013



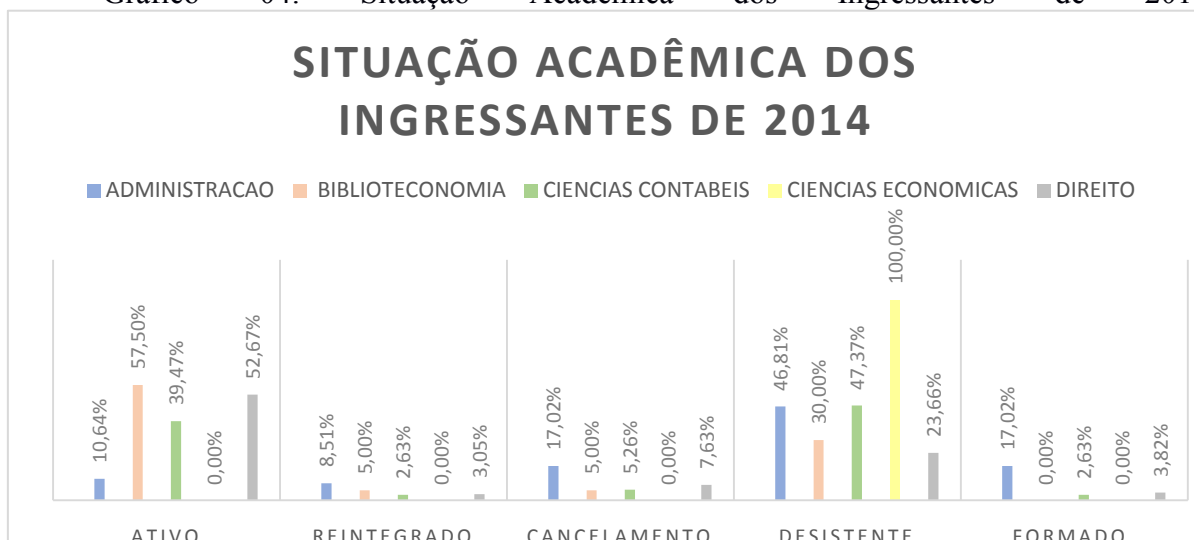
Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

No ano de 2014 ingressaram 47 discentes no curso de administração, 40 em biblioteconomia, 38 em contábeis, 2 em ciências econômicas e 77 em direito no primeiro semestre e 54 no segundo semestre. Cabe salientar que o curso de ciências econômicas teve o ingresso de novos alunos suspenso neste ano, em decorrência de uma medida cautelar aplicada pelo MEC, em razão de nota conceito insuficiente na Avaliação realizada em 2012. Voltando a ofertar turmas em 2016, duas turmas com 50 vagas para o segundo semestre, após alcançar Conceito de Curso nota 4 em 2015 (UNIR, 2015).

Assim, de acordo com o disposto no gráfico 04 constata-se a desistência dos 2 alunos ingressantes no ano de 2014, elevando os desistentes do curso à 100%. Os cursos de biblioteconomia e direito apresentam redução no percentual de desistência de 17,90% e 17,99% respectivamente. Enquanto administração e contábeis elevaram esse percentual em 6,99 e 45,27%, nesta ordem.

Salienta-se que o curso de biblioteconomia tem ingresso de alunos no segundo semestre de cada ano e por esse motivo não apresentou discentes formados, pois a previsão de diplomação desta turma em tempo regular é esperada para o ano de 2018. Assim como o curso de direito que tem diplomação prevista para 2019, vez que a duração do curso é de 5 anos, os 3,82% de alunos formados neste curso representam 1 discente que ingressou por meio de transferência e 4 alunos que tiveram ingresso por vestibulinho – processo seletivo que visa o ingresso de estudantes do mesmo curso ou curso de área afim – ou seja, que realizaram o aproveitamento de disciplinas e por esse motivo tiveram a diplomação antecipada. O Gráfico 04 apresenta Situação Acadêmica dos Ingressantes de 2014.

Gráfico 04: Situação Acadêmica dos Ingressantes de 2014.



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

Explicitado o panorama geral da trajetória dos discentes passa-se a tratar dos índices de diplomação e evasão que constituem indicadores de desempenho estudantis.

4.2. TAXA DE DIPLOMAÇÃO E EVASÃO

O cálculo da taxa de diplomação foi obtido pelo quociente do número de discentes de cada turma que concluíram o curso pelo total de ingressantes na turma de origem. Para os cursos com ingresso anual, a taxa de diplomação está apresentada no Quadro 1. O curso de ciências contábeis apresenta as melhores taxas de diplomação nos três primeiros anos de análise, decaindo significativamente no ano de 2014. Os cursos de economia e biblioteconomia não apresentaram discentes formados entre os ingressantes de 2014, conforme anteriormente explicado. O curso de administração apresenta tendência decrescente. E biblioteconomia tem as melhores taxas entre os discentes das turmas de 2011 e 2013.

Quadro 01: Taxa de Diplomação por Turma dos cursos com ingresso de alunos anual.

Curso	Diplomação por Turma			
	Ano			
	2011	2012	2013	2014
ADMINISTRAÇÃO	36%	29%	21%	17%
BIBLIOTECONOMIA	39%	22%	35%	0%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	50%	41%	35%	3%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	26%	35%	20%	0%

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

Para o curso de direito que tem ingresso de discentes semestralmente a taxa de diplomação está disposta no quadro 02. Cumpre salientar, que para os semestres de 2013.2 em diante as turmas têm formação prevista a partir de 2018.2. O Quadro 02 apresenta Taxa de Diplomação por Turma do curso com ingresso de alunos semestral.

Quadro 02: Taxa de Diplomação por Turma do curso com ingresso de alunos semestral.

Diplomação por Turma	
----------------------	--

Curso	Semestre							
	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2
DIREITO	63%	46%	37%	37%	23%	2%	4%	4%

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

Para o cálculo da taxa de evasão por turma foi considerado o quociente dos alunos desistentes somados aos que realizaram o cancelamento de matrícula de cada turma pelo total de ingressantes da turma de origem. Ao analisar os números encontrados verifica-se uma conjuntura preocupante, em que a evasão supera na maior parte dos casos 50%. Deixando claro que parcela expressiva dos discentes ingressantes abandonaram o curso de origem. Representando uma perda social e econômica para a sociedade como um todo.

Quadro 03: Taxa de Evasão por Turma do curso com ingresso de alunos semestral.

	Evasão			
	2011	2012	2013	2014
ADMINISTRAÇÃO	54%	63%	60%	64%
BIBLIOTECONOMIA	57%	53%	51%	35%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	44%	46%	42%	53%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	62%	63%	69%	100%

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

A seguir estão dispostas as taxas de evasão por turma do curso de direito que tem entrada de alunos semestrais.

Quadro 04: Taxa de Evasão por Turma do curso com ingresso de alunos semestral.

	Evasão							
	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2
DIREITO	27%	31%	44%	29%	31%	40%	27%	37%

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do SINGU.

No Quadro 04, pode-se observar a taxa de evasão para o curso de direito, que são um pouco menores, mas, ainda assim, significativas, ainda mais tratando-se de uma universidade federal mantida com recursos públicos.

5. CONCLUSÃO

O cumprimento da missão institucional das universidades está diretamente atrelado ao alcance da diplomação dos alunos. Na esfera pública, a evasão dos alunos implica na subutilização dos recursos humanos e toda infraestrutura disponibilizada para que o serviço seja prestado. Ao ser disponibilizado um determinado número de vagas, mesmo que a maioria dos alunos abandonem seus cursos o custo da atividade será o mesmo para a sociedade.

Hanushek e Woessmann (2015) reconhecem que o capital de uma nação melhora à medida que jovens mais instruídos ingressam na força de trabalho implicando no crescimento econômico e a outros resultados sociais. Assim, a não conclusão dos cursos implica não somente no prejuízo econômico, afetando também o desenvolvimento social.

Neste artigo buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: qual o panorama da situação acadêmica dos discentes dos cursos de graduação do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)?

Na busca da resposta desta questão foi realizado levantamento dos discentes dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Biblioteconomia e

Direito das turmas ingressantes entre 2011 à 2014, verificando-se no histórico individual de cada aluno a situação atual, e classificando em ativo, reintegrado, cancelamento de matrícula, desistente e formado.

Em seguida foram mensuradas as taxas de diplomação e evasão das turmas, de modo geral, o cenário constatado é marcado por altos índices de desistentes e baixa diplomação dos alunos. Entre os que permanecem com vinculação na instituição nota-se ainda a permanência prolongada no curso, ultrapassando o tempo mínimo para conclusão dos cursos.

O cenário de evasão é crítico, com número em sua maioria superiores à 50%. Expressando o abandono em massa do curso de origem. Explicitando um contexto perda social e econômica para a sociedade como um todo.

Em se tratando de universidade pública, que é custeada por recursos da sociedade, é indispensável que a trajetória acadêmica dos discentes seja acompanhada para que sirva de suporte as ações e decisões tomadas pelos gestores acadêmicos.

Compreender o sucesso dos alunos e como ele pode ser reflexo da ação institucional implica em percebê-lo como sendo construído a partir do sucesso em uma turma de cada vez (TINTO; PUSSER, 2006). Assim, cada turma precisa ser acompanhada como sendo única e é uma parcela do todo institucional, devendo as condições de sucesso serem aplicadas a todas elas considerando suas particularidades.

O acompanhamento da trajetória acadêmica por turma possibilita aos gestores perceberem cada turma de forma exclusiva e singular. Para assim poder buscar de acordo com os resultados apresentados, semestre a semestre estabelecer ações previnam a evasão e incentivem a diplomação dos alunos.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). **A relação entre o Fies e o Ensino Superior no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2081/estudante-de-universidade-publica-custa-89-a-mais-que-aluno-fies>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de institutos federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

COSTA, Francisco José da; COSTA, Paulo Roberto Santos; MOURA JR, Pedro Jácome de. **Diplomação, evasão e retenção: modelo longitudinal de análise para o ensino superior**. João Pessoa, 2017. Disponível em:

http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/diplomaaaao_evasao_e_retenao_modelo_longitudinal_de_analise_para_o_ensino_superior_1510325886.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). **Nota sobre Curso de Ciências Econômicas**. 2015. Disponível em: . Acesso em 18 mar. 2018.

Fundação Universidade Federal de Rondônia / Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento e Informação / Coordenadoria de Informação e Desempenho da (UNIR/DPDI/CID). **Relatório de Gestão Anual**. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, Sisu e desafios**. Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2016_7371_evasao-em-instituicoes-de-ensino-superior_renato-gilioli. Acesso em: 27 fev. 2018.

HANUSHEK, Eric; WOESMANN, Ludger. **Universal basic skills should become the primary development goal**. Vox, maio , v. 24, 2015. Disponível em: <https://voxeu.org/article/universal-basic-skills-primary-development-goal>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior - Notas Estatísticas 2016**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 fev. 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos, n. 25, 2012. Disponível em: http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf. Acesso em: 05 mar. 2018.

Ministério da Educação / Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESU). **Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1996. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 17 jan. 2018.

Ministério da Educação. **Relatório de Gestão Consolidado do Exercício de 2014**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codPapelTramitavel=52858355>. Acesso em: 09 jan. 2018.

Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: . Acesso em: 21 fev. 2018.

Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Relatório de primeiro ano**. 2009. Disponível em: [≡](#). Acesso em: 09 jan. 2018.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Plano Plurianual 2016–2019**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf/view>. Acesso em: 22 fev. 2018.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

TAVARES, Marcelo. **Estatística aplicada à administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011. Disponível em: http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10481013042012Estatistica_Aplicada_a_Administracao_Aula_1.pdf. Acesso em: 30 de mar. 2018.

TINTO, Vincent; PUSSER, Brian. **Moving from theory to action: Building a model of institutional action for student success**. National Postsecondary Education Cooperative, p. 1-51, 2006. Disponível em: https://web.ewu.edu/groups/academicaffairs/IR/NPEC_5_Tinto_Pusser_Report.pdf. Acesso em: 02 mar. 2018.

Tribunal de Contas da União – TCU / Secretaria Federal de Controle Interno – SFC. **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão: decisão TCU nº 408/2002 – plenário**. Disponível em: . Acesso em: 15 dez. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. São Paulo: Atlas, 2016.